



O presente relatório foi elaborado pelos Conselheiros - Maria Cristina de Araújo, Davi Silva Fagundes e Everton Kischlat, após deliberação e aprovação dos membros do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal (CTCS) na segunda reunião ordinária do CTCS, realizada no dia 06 de julho de 2016, para composição do **Grupo de Trabalho Planejamento e Implantação dos Conselhos Regionais de Transparência e Controle Social nas Regiões Administrativas do Distrito Federal**, visando a priorização e execução das deliberações das ConSociais – 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle social e Conferência de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, realizadas em 2012, para a formação e constituição dos Conselhos Regionais de Transparência e Controle Social das Regiões Administrativas do Distrito Federal, no sentido de garantir maior controle social, transparência das contas e dos serviços públicos à população, governança, e gestão sobre os serviços prestados nas Administrações Regionais do Distrito Federal, colaborando dessa forma com as ações de controle social e transparência do Governo do Distrito Federal.

Fazemos as seguintes sugestões para otimizar os trabalhos dos Conselhos Regionais de Transparência e Controle Social nas Administrações:

- A composição deverá ser pelas seguintes Regiões Administrativas, por terem problemas afins, devendo as reuniões serem itinerantes por Administração Regional;

- Os Presidentes dos Conselhos Regionais de Transparência e Controle Social nas Administrações Regionais, deverão repassar todos os documentos a Secretaria Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, devendo ter um Conselheiro do CTCS representando nas reuniões dos Conselhos Regionais de Transparência e Controle Social nas Administrações Regionais.

- a. Brasília – Cruzeiro – Octogonal – Sudoeste
- b. Taguatinga – Ceilândia – Samambaia – Águas Claras - Brazlândia e Vicente Pires
- c. Riacho Fundo I e II – Recanto das Emas
- d. Gama - Santa Maria
- e. Planaltina – Sobradinho I e II – Grande Colorado - Fercal
- f. Paranoá – Itapoã

- g. São Sebastião – jardim Botânico
- h. Lago Sul – Lago Norte – Varjão
- i. Guará I e II – Candangolândia – Núcleo Bandeirante Park Way
- j. SCIA - SIA

Criação de Grupo de Trabalho com membros do CTCS e CGDF para as deliberações e garantias na realização da 2ª ConSocial sobre Transparência e Controle Social do Distrito Federal, para analisar os avanços e entraves dos trabalhos dos órgãos de controle e analisar se as deliberações da 1ª ConSocial do Distrito Federal, foram executadas ou não, e o que está faltando para que sejam executadas.

Certos da aprovação em plenária do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, quanto a deliberação aprovada na 1ª ConSocial Distrital sobre Transparência e Controle Social, para a implantação e composição dos Conselhos Regionais de Transparência e Controle Social nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, nos colocamos a plena disposição dos nobres Conselheiros.

Maria Cristina de Araújo - Conselheiro CTCS
Davi Silva Fagundes - Conselheiro CTCS
Everton Kischlat - Conselheiro CTCS

CONTEXTO HISTÓRICO DAS CONFERÊNCIAS NACIONAL E DO DISTRITO FEDERAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

“A Controladoria-Geral da União desenvolve diversas ações que incentivam a transparência e a participação da sociedade no acompanhamento da administração pública, principalmente no âmbito do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. O papel da CGU no fomento ao controle social e na promoção da transparência pública foi sendo consolidado, de forma que novas formas de atuação fizeram-se necessárias.

Nesse sentido, visando a promover o conhecimento sobre iniciativas exitosas nessas áreas, em setembro de 2009, a CGU realizou - em Brasília - o I Seminário Nacional de Controle Social. O evento atingiu seus objetivos imediatos, promovendo a troca de experiências e disseminando boas práticas, de maneira a permitir a formação de redes de contatos, e servindo como um fórum de debates sobre os desafios e possibilidades da atuação da sociedade junto ao Estado.

Entre os resultados desse encontro, que reuniu mais de 500 participantes por dia, destaca-se uma moção com mais de 300 assinaturas, por meio da qual se solicitou a realização de uma conferência nacional sobre transparência, participação popular e combate à corrupção. Uma conferência convocada pelo poder público é, por natureza, um incentivo à participação social nas ações do governo. A conferência se constitui num momento de reflexão, de avaliação, mas também de aprofundamento das discussões em pauta.

Convencidos de que era o momento propício, a Controladoria-Geral da União e a Secretaria-Geral da Presidência da República formularam a proposta da realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial, com o propósito de, em conjunto com a sociedade, traçar diretrizes de atuação para assegurar a efetividade das políticas de promoção da transparência pública e de controle social, bem como realizar o diagnóstico da adoção e implementação dessas políticas.

A 1ª Consocial foi então convocada pelo Presidente da República por meio de Decreto, publicado no Diário Oficial da União em 09 de dezembro de 2010, que estabelecia como tema da conferência “A sociedade no acompanhamento da gestão pública”. Logo no ano seguinte, no dia 08 de julho, a Presidenta da República ratificou essa convocação, alterando alguns pontos do Decreto anterior.

A conferência foi formalizada, via Portaria Ministerial da Controladoria-Geral da União, instituindo a Comissão Organizadora Nacional (CON), instância máxima de coordenação e organização da 1ª Consocial.

Para a realização das etapas Municipais, Regionais, Estaduais e Distrital foram constituídas Comissões Organizadoras nos Municípios (COMUs) ou Regiões (COREs), nos Estados (COEs) e no Distrito Federal (COD), com a participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade.

Por fim, o processo conferencial estendeu-se do ato convocatório, em dezembro de 2010, até a realização da Etapa Nacional da conferência, em maio de 2012.”

Eixos Temáticos tratados na ConSocial Nacional

Para possibilitar que os objetivos fossem alcançados e direcionar a riqueza proveniente dos debates ao longo de todo o processo, os assuntos da 1ª Consocial foram organizados em 4 eixos temáticos:

- I. promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos;
- II. mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública;
- III. a atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle; e
- IV. diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção.

Esses temas transversais, dispostos isoladamente, não haviam sido ainda abordados como objeto específico de uma conferência nacional. Embora a temática seja recorrentemente tratada em outras conferências, esta foi a primeira vez que um processo conferencial se dedicou ao debate específico de temas relacionados a Transparência Pública, Controle Social, e Prevenção e Combate à Corrupção.

Relatório Executivo Final – 1ª ConSocial Nacional – 16/01/2013

Proposta e priorização da 1ª ConSocial Nacional

270 – votos

“ Criar novos conselhos que não existam dentro dos municípios de acordo com as diretrizes das políticas nacionais, tais como: Conselhos da Juventude, da Mulher, dos Deficientes, GLBT, da Transparência e Controle Social, da Segurança Pública, dentre outros. Criação de Conselho de Finanças com a participação da sociedade civil. Fomentar a criação e implementação de conselho municipal e distrito federal de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, incluindo-os como membros. Criação de conselhos para o acompanhamento de obras públicas. Criação do Conselho de Política e Administração Tributária e Aduaneira (Conpat) para exercer o controle social da gestão tributária e aduaneira brasileira, com a participação de representantes estratégicos do poder público e da sociedade civil. Sob a diretriz maior de cooperação recíproca entre os dois setores (sociedade e poder público), terá por missão o monitoramento e o aconselhamento da administração tributária e aduaneira.



Realização da 1ª ConSocial Nacional sobre Transparência e Controle Social no Centro de Convenções Ulisses Guimarães

1ª ConSocial – Conferência Distrital sobre Transparência e Controle Social

A 1ª Consocial tem como tema central: "A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública" com o objetivo principal de promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública, contribuindo para um controle social mais efetivo e democrático.

Os debates estão divididos nos seguintes eixos temáticos:

- Promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos;
- Mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública;
- A atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle;
- Diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção.

O resultado da Conferência Distrital será enviado à Comissão Organizadora Nacional por meio do relatório da etapa. Este resultado irá compor o Caderno de Propostas Nacional que subsidiará o debate na Etapa Nacional. Além dos resultados, será encaminhada a lista de delegados que representarão o estado no evento nacional.

A Conferência é aberta a toda população interessada que poderá se inscrever como representante do Poder Público, da Sociedade Civil ou dos Conselhos de Políticas Públicas.

Com a realização da 1ª ConSocial Distrital sobre Transparência e Controle Social, foram apresentadas as deliberações por ordem de eixos temáticos, (propostas em anexo) o eixo **temático II – Mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública**, obteve nesta proposta 63 votos, com o seguinte texto:

“Criar Conselhos de Transparência e Controle Social deliberativo e permanente para a fiscalização das ações de Governo nas três esferas de Poder: (Municipal, Estadual, distrital e Federal), onde seus membros contarão com a participação da Sociedade Civil eleitos por voto direto e voluntário para a comunidade para o mandato de três anos.”



Documentação pesquisada:

1. 1ª ConSocial Nacional sobre Transparência e Controle Social - Relatório Executivo Final – 16012013
2. 1ª ConSocial Nacional sobre Transparência e Controle Social – Propostas e prioridades – 2012
3. 1ª ConSocial Distrital sobre Transparência e Controle Social – Orientações gerais – 2012
4. 1ª ConSocial Distrital sobre Transparência e Controle Social – Propostas prioritizadas – 2012

Estados e Distrito Federal convocam etapas locais da 1ª Consocial

por Publicado: 22/06/2011 00h00Última modificação: 01/05/2014 23h11

Vinte e cinco estados e o Distrito Federal convocaram, por ato dos poderes públicos locais, as etapas estaduais da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial). Dentre os decretos de convocação, uma unanimidade: todos terão como coordenadores órgãos de controle interno do estado, sendo a organização estadual do processo, em sua maioria, responsabilidade das Controladorias-Gerais dos estados.

Outra determinação frequente nos decretos convocatórios é a presidência da conferência, que será, em sua maioria, do governador do estado, conferindo ainda mais peso às etapas estaduais da Consocial.

Convocadas as etapas estaduais, os estados deverão compor uma comissão organizadora estadual (COE), obrigatoriamente composta por representantes do poder público, de conselhos de políticas públicas e da sociedade civil, que será responsável pela elaboração do regimento interno local, instrumento que regulamenta a conferência.

Apenas o Governo de Santa Catarina não convocou a conferência. Os estados tinham o prazo de até 10 de junho para convocarem, com exclusividade, as respectivas etapas estaduais. A partir dessa data, a sociedade civil passou a ter a oportunidade de também poder fazer a convocação. O prazo final para convocar de etapas preparatórias estaduais vai até o próximo dia 1º de julho.

Atuação da CGU

As unidades regionais da Controladoria-Geral da União (CGU) nos estados designaram, desde o início da mobilização, representantes para atuarem como mobilizadores locais da conferência.

A missão dessas pessoas é sensibilizar a sociedade civil, os conselhos de políticas públicas e o poder público, assim como para apoiar nos processos de realização das conferências estaduais, subsidiando a participação de todos neste processo participativo e popular. Isso porque a 1ª Consocial pretende mobilizar, durante todo o processo conferencial, mais de um milhão de pessoas, sendo 60% representantes da sociedade civil.

Etapa nacional

Para a etapa nacional da conferência, a realizar-se entre os dias 18 e 20 de maio do próximo ano, são esperados, em Brasília, mais de 1500 participantes entre delegados, eleitos durante as etapas preparatórias (estaduais e municipais), convidados e observadores que terão a missão de eleger, entre as propostas oriundas de todo o país, diretrizes que nortearão a

elaboração de um Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social, a ser executado pela CGU em âmbito nacional.

O objetivo do plano será garantir a execução de ações relacionadas aos quatro eixos norteadores dos debates conferenciais: a promoção da transparência e acesso à informação e dados públicos; mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; a atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle; e diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção.

Mais informações e documentos sobre a Consocial podem ser obtidos no endereço www.cgu.gov.br/consocial ou solicitados à coordenação-executiva da conferência pelos endereços: consocial@cgu.gov.br ou imprensa-consocial@cgu.gov.br.

Acompanhe as novidades por meio dos perfis nas redes sociais: @consocialCGU (Twitter); Consocial Cgu (Facebook); e Consocial CGU (Orkut).

Assessoria de Comunicação Social

Fonte: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2011/06/estados-e-distrito-federal-convocam-etapas-locais-da-1a-consocial>

Quarta, 25 Janeiro 2012

1ª Conferência Distrital sobre Transparência e Controle Social (Consocial-DF)

Conferência vai debater e formular propostas específicas em favor do aumento da participação do público na fiscalização sobre o uso do dinheiro público

Pela primeira vez, uma conferência vai debater e formular propostas específicas em favor do aumento da participação do público na fiscalização sobre o uso do dinheiro público. A 1ª Conferência Distrital sobre Transparência e Controle Social (Consocial-DF) será aberta neste sábado (28) com quatro conferências regionais. As reuniões promoverão debates sobre o tema com moradores de dez Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal – Brazlândia, Cruzeiro, Estrutural/SCIA, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Paranoá, São Sebastião e Varjão.

O Secretário de Transparência e Controle do Distrito Federal, Carlos Higino, considera que a Consocial-DF reflete a proposta contida no planejamento estratégico do Governo do Distrito Federal, já iniciada com a criação do Portal da Transparência, que completou um mês no dia 8 de janeiro. “Disponibilizamos ao público diversas informações, como aspectos orçamentários, financeiros, patrimoniais, de licitações, contratos e dados sobre servidores públicos.

Nesse ponto, a Consocial-DF torna-se um meio para que a população se motive a acessar tais ferramentas e proponha novas para aprimorar o controle social”, afirma. As demais Regiões Administrativas terão as suas etapas regionais realizadas dias 4 e 11 de fevereiro (veja programação).

Todas elegerão um conjunto de diretrizes e propostas, além dos delegados que vão representá-las na etapa distrital, marcada para os dias 9 e 10 de março. As discussões já estão ocorrendo em todo o país e os resultados de cada Estado se juntam às propostas do DF na etapa nacional de 18 a 20 de maio, em Brasília. O resultado será a elaboração de um Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social para nortear políticas públicas, criação de leis e ações governamentais.

Entre os participantes inscritos, a pedagoga Karla Mendes considera essencial a oportunidade de diálogo entre o poder público e a população e já garantiu presença na regional da Asa Sul, no dia 11 de fevereiro, no Centro de Convenções. “Irei exercer meu papel como cidadã engajada na luta por políticas públicas mais eficientes e por maior transparência na divulgação dos gastos dos recursos públicos”, explica.

Entre as sugestões que vai levar para o debate, antecipou a preocupação em elaborar medidas de empoderamento, que aumentem efetivamente o interesse da população pela gestão da sua RA e do Distrito Federal. “Quero colaborar na proposição de projetos direcionados para a capacitação da população em Gestão Pública para que se conscientizem do real papel dos gestores, em suas funções como administradores públicos”, destacou.

As inscrições para as etapas regionais estão abertas e podem ser realizadas no site da Consorcial-DF – <http://www.stc.df.gov.br/consocial>. No dia dos eventos, serão aceitas inscrições durante o período de credenciamento. Veja hora e local da Conferência da sua região

28.01 – Sábado 8h

- BRAZLÂNDIA

Local: CEM 01 - Área Especial 02 Setor Sul - Brazlândia

- PARANOÁ, VARJÃO, LAGO NORTE E ITAPOÃ

Local: Centro de Ensino Qd. 26 Conj. G Área Especial- Paranoá

- SÃO SEBASTIÃO, LAGO SUL E JARDIM BOTÂNICO

Local: Colégio São Francisco - São Sebastião

- ESTRUTURAL/SCIA E CRUZEIRO

Local: CEF 01 - Área Especial 3 Setor Central – Estrutural

Próximas etapas

DIA 04.02 – Sábado

- TAGUATINGA, VICENTE PIRES

- NÚCLEO BANDEIRANTE, CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, ÁGUAS CLARAS, CIA, PARK WAY

- PLANALTINA

- SAMAMBAIA

DIA 11.02 – Sábado

- BRASÍLIA, SUDOESTE/ OCTOGONAL

- CEILÂNDIA

- RIACHO FUNDO I E II, RECANTO DAS EMAS

- SOBRADINHO I E II, GAMA E SANTA MARIA

Fonte: <http://www.seris.df.gov.br/noticias/item/2052-consocial-df.html>

Transparência e Controle Social

DF é a primeira unidade da Federação a instituir a lei da Ficha Limpa na administração pública. Essa é mais uma medida do governador Agnelo Queiroz de combate à corrupção

Cinara Lima, da Agência Brasília

Primeira Unidade da Federação a implantar a Ficha Limpa, o Distrito Federal consolida uma importante ação de combate à corrupção e às irregularidades na máquina pública. O decreto da Lei Ficha Limpa, para servidores comissionados do GDF, foi assinado nessa sexta-feira (9) pelo governador Agnelo Queiroz, acompanhado da primeira-dama, Ilza Queiroz, durante a cerimônia de abertura da 1ª Conferência Distrital de Controle Social e Transparência (Consocial-DF).

“Esta lei é uma conquista extraordinária, inovadora e, seguramente, o Distrito Federal é a primeira Unidade da Federação a efetivamente colocar em prática o Ficha Limpa. É um avanço muito grande para os eleitores no Brasil e agora podemos estender para a administração pública”, avaliou o governador.

A assinatura do decreto regulamenta a alteração feita na Lei Orgânica do Distrito Federal, no Regime Jurídico Único dos Servidores e dá efetividade à lei no DF. O Ficha Limpa determina quais são as irregularidades e impedimentos para posse e exercício na administração pública direta e indireta do poder Executivo.

O secretário de Transparência e Controle do DF, Carlos Higino, explica que o Ficha Limpa integra uma série de medidas de combate à corrupção. “Tenho duas missões grandes determinadas pelo governador: a transparência radical e o combate à impunidade. Os processos contra servidores estão em estágios avançados. Nós trabalhamos muito nesse caminho”, pontuou o secretário.

O governador também assinou o decreto para a implantação da Lei de Acesso à Informação. O governador também assinou o decreto para a implantação da Lei de Acesso à Informação no DF. Sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em novembro passado, a lei determina que todo órgão público municipal, estadual e federal, inclusive autarquias e fundações, deverá garantir o acesso a informações sobre o serviço prestado a qualquer cidadão. Para que isso ocorra, governos e prefeituras devem criar mecanismos, por meio de leis locais, que possibilitem a concretização do que determina a lei federal. Essa lei é, sobretudo, mais um instrumento de acompanhamento e fiscalização popular do poder público.

Foi assinado, ainda, um terceiro decreto, que trata da criação do Conselho de Transparência e Controle Social. “Cabe destacar que esse decreto foi elaborado em função de uma das maiores demandas da Consocial, que é a criação dos conselhos populares para fomentar a transparência e o controle social”, comentou Agnelo Queiroz.

Um acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União também foi assinado para integrar ações do controle externo da administração pública federal e do controle interno do poder Executivo do Distrito Federal.

A abertura da Consocial-DF foi marcada por outras iniciativas: o envio, pelo Executivo, à Câmara Legislativa do DF de dois projetos de Lei (PL). O primeiro cria o Sistema Integrado de Corregedorias; o segundo implanta medidas para fortalecer o Sistema de Ouvidorias.

Consocial – Organizada por representantes do poder público, da sociedade civil e de Conselhos de Políticas Públicas, a 1ª Conferência Distrital de

Controle Social e Transparência (Consocial-DF) será realizada até este sábado, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, e tem o objetivo de promover a transparência pública e estimular a participação dos cidadãos no acompanhamento e controle da gestão pública.

Nos dias 18 a 20 de maio, em Brasília, será realizada a etapa nacional da Consocial, na Controladoria Geral da União. Participarão do evento cerca de 1,2 mil delegados eleitos nas etapas estaduais e distrital.

“Vamos escolher os nossos delegados que vão trabalhar na Conferência Nacional. Queremos que essas propostas já sejam implementadas no DF, na medida do possível, e que nossas ideias cheguem ao âmbito federal e sirvam de exemplo para a etapa nacional da Consocial”, reforçou o secretário de Transparência e Controle do Distrito Federal, Carlos Higino.

Participaram também da cerimônia de abertura da conferência, o secretário de Governo, Paulo Tadeu, deputados distritais, entre outras autoridades e representantes da sociedade civil.



Fonte: <http://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2012/03/10/transparencia-e-controle-social/>